

## Ministério Público de 17 estados busca na Justiça R\$ 1,5 bilhão sonegados

Em uma ação conjunta do Ministério Público de 17 estados e do Distrito Federal, nesta quarta-feira foram apresentadas às Justiças estaduais de cada uma destas unidades da federação 473 denúncias, envolvendo 775 pessoas, ligadas a 480 empresas de diferentes ramos de atividade que são acusadas de sonegação fiscal. O total sonegado atinge cerca de R\$ 1,5 bilhão, mas se todas as ações de execução fiscal forem vitoriosas, o montante a ser arrecadado pula para R\$ 14,4 bilhões.

O trabalho faz parte da Operação Nacional de Combate à Sonegação Fiscal. É a terceira vez que algo parecido é feito por iniciativa e coordenação do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC), presidido pelo Procurador-Geral de Justiça da Paraíba, Oswaldo Trigueiro. O grupo integra o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJG). A operação, que contou com a participação de 136 promotores e procuradores de Justiça, além de 1.811 auditores fiscais, promoveu fiscalização em 10 mil estabelecimentos comerciais espalhados pelas 18 unidades da federação. (clique [aqui](#) para ver quadro)

Segundo informa o presidente do GNCOC, pela previsão de promotores e procuradores de Justiça, a sonegação fiscal seria onze vezes maior do que o valor total das ações que foram impetradas nesta quarta-feira. Ela pode atingir cerca de R\$ 16,4 bilhões, segundo a soma das representações fiscais emitidas pelas secretarias de receita dos estados sob suspeita de sonegação. “Esses recursos deveriam ser revertidos em proveito da sociedade, nas áreas de saúde, educação e segurança, mas são indevidamente desviados em proveito particular. Ações como essa buscam a unidade institucional dos MPs e promove o envolvimento dos demais setores públicos de forma cooperativa”, afirmou Trigueiro em entrevista concedida na sede do Ministério Público do Rio de Janeiro. O maior alvo de sonegação é o ICMS.

Santa Catarina teve o maior número de empresas (133) envolvidas e de pessoas denunciadas (196). Minas Gerais apresentou a maior soma de valores sonegados: R\$ 253,6 milhões. Em compensação, São Paulo, onde a sonegação calculada beira à mineira (R\$ 237,6 milhões) é o estado com o maior valor lançado nas execuções fiscais: R\$ 11,8 bilhões. Pelos dados oficiais, os crimes mais comuns contra a Ordem Tributária, previstos na Lei 8.137/90, são os de omissão de receitas e de informações e os de omissão de notas ou documentos fiscais que comprovem o recolhimento de tributos. A pena prevista é de 2 a 5 anos de prisão, além da devolução dos recursos sonegados.

Participaram da Operação desta quarta-feira os estados de Espírito Santo, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Amazonas, Amapá, Paraíba, Ceará, Sergipe, Pará, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e Paraná, além do Distrito Federal.

O GNCOC é formado por membros dos Ministérios Públicos Estaduais e da União. Foi criado em 2002 pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG) em homenagem ao Promotor de Justiça de Minas Gerais José Lins do Rêgo Santos, morto em ação armada de uma organização criminosa que atuava no ramo de adulteração de combustíveis. Participaram da coordenação nacional da operação, os Promotores de Justiça Lidson Fausto da Silva (MP-ES) e Áureo Braga (MP-RS). *(Com informações da Assessoria de Comunicação Social do MP-RJ).*

**Date Created**

10/11/2011